

DIPLOMACIA

Lula: América do Sul vive algumas confusões

Petista diz que a região não é mais a mesma e que enfrentará problemas políticos. Sem citar o nome do argentino Milei, enfatiza não precisar ser amigo de presidente

» INGRID SOARES

Dois dias depois da vitória de Javier Milei nas eleições argentinas, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse não ter de gostar “do presidente do Chile, da Argentina, da Venezuela”. A declaração ocorreu no evento de formatura no Instituto Rio Branco.

O petista defendeu diálogo e acordos com os líderes mundiais, afirmando que a América do Sul está “vivendo algumas confusões” e que provavelmente enfrentará problemas políticos.

“Estamos vivendo algumas confusões na América do Sul. Não é mais a mesma de 2002, de 2004, 2006. Vamos ter problemas políticos”, frisou. “E, em vez de reclamar dos problemas políticos, temos de ser inteligentes e tentar resolvê-los, tentar conversar. Tentar fazer com que as pessoas aprendam a conviver democraticamente na adversidade.”

Lula não mencionou o nome de Milei, mas citou o país como

exemplo, entre outros. “Não tenho de gostar do presidente do Chile, da Argentina, da Venezuela. Ele não tem de ser meu amigo. Tem de ser presidente do país dele, eu tenho de ser presidente do meu país. Temos de ter política de Estado brasileira, e ele, do Estado dele”, ressaltou. “Temos de sentar à mesa, cada um defendendo os seus interesses. Como não pode ter supremacia de um sobre o outro, a gente tem de chegar a um acordo. Essa é a arte da democracia. E aí é preciso ter capacidade de negociação, de convencimento, de ceder”, emendou.

O presidente comparou a democracia a um matrimônio. “Nada é mais parecido com a democracia que um casamento, porque, quando você casa e tem filhos, todo dia, faz concessão. Se não for assim, acaba o casamento e acaba uma coisa grandiosa chamada diplomacia brasileira, que, quer queira ou não, é uma das mais respeitadas e elogiadas no mundo inteiro. Se

Não tenho de gostar do presidente do Chile, da Argentina, da Venezuela. Ele não tem de ser meu amigo”

Luiz Inácio Lula da Silva,
presidente da República

tem uma coisa que temos que ter orgulho é da diplomacia brasileira”, destacou.

Segundo Lula, o Itamaraty precisa receber orientação de que qualquer autoridade, independentemente da nacionalidade e do viés político, será atendida pela diplomacia brasileira.

“O Itamaraty tem que atender sem saber quem é, se ele gosta do governo, se não gosta, se gosta do Lula, se não gosta. Até porque, ninguém está obrigado a gostar

de ninguém. Estamos obrigados a conviver de forma civilizada, democrática e respeitosa.”

União Europeia

O chefe do Executivo reafirmou que pretende concluir as negociações para o acordo Mercosul e União Europeia até 7 de dezembro, quando chega ao fim a presidência rotativa do Brasil no bloco. A posse de Milei está marcada para o dia 10.

De acordo com Lula, durante a COP28, pode ocorrer uma reunião para definir o acordo. “Ontem (segunda-feira), liguei para a Úrsula von der Leyen, que é a presidente da Comissão Europeia, para dizer que estou querendo negociar o Mercosul ainda na minha presidência e gostaria que a gente conseguisse fazer o acordo”, contou. “Ela ficou de tentar, quem sabe lá na COP28, fazer uma reunião comigo e apresentar a resposta definitiva deles sobre as nossas demandas”, relatou.

José Cruz/Agência Brasil



Lula: “Em vez de reclamar dos problemas políticos, temos de tentar resolvê-los, tentar fazer com que as pessoas aprendam a conviver democraticamente”

Cobrança a Israel por trégua humanitária

» VICTOR CORREIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ser necessário evitar que a guerra entre Israel e Hamas se alastre, com o envolvimento de outras nações do Oriente Médio. Ele reiterou que o reconhecimento da Palestina como um Estado independente é o único caminho para a paz e disse que Israel tem “assentamentos ilegais” na Cisjordânia. Também cobrou o cumprimento da trégua humanitária determinada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, o que Israel

nega fazer. As declarações ocorreram na reunião virtual do Brics, convocada em caráter extraordinário para discutir o conflito.

“Dois outros temas devem merecer nossa atenção. O primeiro é que devemos atuar para evitar que a guerra se alastre para os países vizinhos. É valiosa e imprescindível a contribuição do Brics, em sua nova configuração, junto a todos os atores em favor da contenção da atual escalada. O Brasil não acredita que a paz seja criada apenas pela força das armas. Temos longa experiência nacional que reforça nossa fé na

paz criada por uma justa negociação diplomática”, discursou o presidente brasileiro.

Participaram do encontro, também, representantes dos países-membros do bloco — além de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul —, bem como de nações convidadas para o Brics: Arábia Saudita, Argentina, Egito, Etiópia, Emirados Árabes Unidos e Irã.

Lula reforçou a posição brasileira de condenar as ações do grupo fundamentalista Hamas, que matou cerca de 1.300 israelenses em uma série de ataques em 7 de outubro. Porém, destacou que o

massacre não justifica o uso desproporcional da força por parte de Israel, que bombardeia e invade a Faixa de Gaza desde então.

Ele voltou a criticar a morosidade das Nações Unidas e o fato de Israel ainda não ter seguido a determinação por uma trégua humanitária na Faixa de Gaza. Para Lula, “a credibilidade das Nações Unidas está em jogo”.

De forma geral, todos os membros do Brics defenderam o cessar-fogo e o fim do conflito.

» **LEIA MAIS** sobre a guerra na página 9

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

Senado está em rota de colisão com o Supremo

O Senado deve votar, hoje, o Projeto de Emenda à Constituição (PEC) que limita decisões individuais de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e muda regras sobre pedidos de vista em julgamentos. O requerimento para a votação em regime especial, ontem, recebeu o aval de 48 senadores; 20 foram contra. Para ser aprovada em plenário, com três quintos dos votos, precisa apenas do apoio de mais um senador. O governo tenta barrar a votação.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), minimizou o conflito com o Supremo, com o argumento de que a PEC não é “retaliação” nem “afronta”. Caso seja aprovada, a proposta impedirá que o Supremo suspenda leis que afetem a coletividade, bem como leis ou atos dos presidentes da República, da Câmara e do Senado com o mesmo teor. A regra também vale para decisões cautelares ou “de qualquer natureza” em ações que questionem a constitucionalidade de leis.

O texto proposto pelo Senado altera a dinâmica de funcionamento do STF e limita o poder da Corte, cujos ministros perderão a possibilidade de adotar medidas cautelares para evitar prejuízos coletivos ou individuais, até que o caso seja apreciado pelo plenário. Relator da matéria, o senador Espesidiano Amim (PP-SC) ainda pode flexibilizar seu parecer, retirando propostas que já constam do regimento do Supremo, como é o caso dos prazos de pedidos de vista, porém há muito mais coisas envolvidas.

A principal é um ajuste de contas da base bolsonarista no Senado, liderada pelo senador Rogério Marinho (PL-RN), com o Supremo, em razão da atuação da Corte na defesa das instituições democráticas, inclusive o julgamento dos envolvidos na tentativa de golpe de Estado de 8 de janeiro, com objetivo de destituir o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Desde a Constituição de 1988, o Supremo exerce o papel de poder moderador, quase sempre em razão de abusos de poder do Executivo ou omissão legislativa do Congresso.

Com as novas restrições às medidas cautelares, a capacidade de os ministros evitarem que decisões ou leis institucionais causem prejuízos à sociedade fica muito limitada. Uma série de decisões polêmicas de magistrados do Supremo, algumas das quais avançaram em relação à autonomia do Congresso, produziu o ambiente favorável à emenda constitucional, que já havia sido rejeitada na legislatura passada, mas foi reapresentada.

O senador Amim nega retaliação ao Supremo: “Isso não é revanche contra ninguém. Isso não é do grupo bolsonarista ou do grupo do Lula. Esse debate é importante para o direito brasileiro, para a Justiça, para que haja segurança jurídica e para que nós digamos à sociedade o seguinte: lei é para ser cumprida. A decisão tem que ser do colegiado. Isso vai ser bom para o Supremo”, argumenta.

Sucessão

O autor da PEC, Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), também afirma que o projeto não tem o objetivo de prejudicar a harmonia entre os Poderes, mas, sim, valorizar as decisões tomadas em conjunto pelos ministros. “Acho o Supremo Tribunal Federal tão importante que me parece absurdo que apenas um homem possa decidir por ele. As decisões devem ser colegiadas sempre que possível”, ironiza.

O governo tenta evitar a aprovação da proposta, mas está fragilizado, porque houve uma mudança de posicionamento de Pacheco, em razão de sua sucessão. O senador Davi Alcolumbre (União-AP), presidente da poderosa Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), pretende voltar à Presidência do Senado e conta com o apoio de Pacheco. Como há outros possíveis pretendentes no PSD e no MDB, que têm grandes bancadas, aliou-se à bancada bolsonarista, que sempre quis pôr uma cangalha no Supremo.

Na reeleição de Pacheco, no ano passado, a candidatura de Rogério Marinho, ex-ministro de Bolsonaro, isolou seus aliados. Foi um erro estratégico, porque os 32 senadores de oposição ficaram de fora da Mesa do Senado e das direções de todas as comissões. Agora, ao se aliar a Pacheco e Alcolumbre, a bancada de Bolsonaro é a força hegemônica dessa nova maioria em formação, com 48 dos 81 senadores.

O senador Humberto Costa (PT-PE) considera a PEC inoportuna e capaz de criar um clima de conflito com o Supremo, como ocorria no governo Jair Bolsonaro, mas corre contra o prejuízo. “Acabamos de sair de um período em que foi forjado um conflito que envolveu os Poderes pelo então chefe do Poder Executivo contra o Legislativo e o Judiciário. Trazer esse debate agora reacende essa tentativa de ataque ao Supremo, que garantiu o Estado de Direito e a nossa democracia”, argumenta.



Novo Viaduto do Sudoeste. Motoristas e passageiros agora chegam mais cedo em casa.

Com a entrega desse viaduto, o trânsito fica mais seguro, rápido e eficiente para quem circula de carro ou de ônibus pela EPTG, EPIG e Setor Policial. A obra beneficia moradores do Sudoeste, Taguatinga, Águas Claras, Vicente Pires, Samambaia e Ceilândia. É trabalho que você vê, com melhorias que você sente.

